

## **A Paróquia São João Batista e a Vila de Ponta Negra: Uma Longa História**

### **The Parish of Saint John the Baptist and the Village of Ponta Negra: A Long History**

### **La Parroquia San Juan Bautista y la Villa de Ponta Negra: Una Larga Historia**

Mariana Clara Silva dos Santos<sup>1</sup>  
Judson Andrade dos Santos<sup>2</sup>  
Larissa dos Santos Lima<sup>3</sup>  
João Pedro Horacio de Oliveira<sup>4</sup>  
Rivano de Souza Soares<sup>5</sup>  
Denzi Lins Rocha<sup>6</sup>  
Daniel Paulo de Lima<sup>7</sup>

#### **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo analisar a relação histórica entre a Paróquia de São João Batista e a formação da Vila de Ponta Negra, em Natal/RN, entre os séculos XVI e XX, destacando o papel do templo na constituição social, cultural e identitária da comunidade, com ênfase na presença das populações negras e nos processos de expropriação territorial. A justificativa do estudo fundamenta-se na necessidade de valorizar a história local e evidenciar sujeitos historicamente invisibilizados pela historiografia tradicional, especialmente diante das transformações urbanas e turísticas que impactaram a vila. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada na análise de fontes documentais, bibliográficas, iconográficas e relatos orais, articuladas a partir da perspectiva da história local e da micro-história. Os resultados indicam que a igreja exerceu múltiplas funções ao longo do tempo, atuando não apenas como espaço religioso, mas também como centro de sociabilidade, mediação de conflitos e referência simbólica para os moradores, especialmente durante os processos de expropriação e marginalização social. Além disso, as evidências apontam para uma significativa presença negra na formação da vila, cuja memória foi progressivamente apagada pelas dinâmicas de expansão urbana e especulação imobiliária. Conclui-se que a história da Vila de Ponta Negra e da Paróquia de São João Batista está profundamente interligada, sendo fundamental reconhecer a população local como agente histórico ativo e resgatar suas memórias como forma de resistência ao apagamento histórico-identitário.

<sup>1</sup> Graduanda em licenciatura em História pela UFRN-Universidade Federal do Rio Grande do Norte. <https://orcid.org/0009-0002-7872-7085>. santosmhariana89@gmail.com.

<sup>2</sup> Graduando em licenciatura em História pela UFRN-Universidade Federal do Rio Grande do Norte. <https://orcid.org/0009-0001-8196-9395>. judson.santos.079@ufrn.edu.br.

<sup>3</sup> Graduanda em licenciatura em História pela UFRN-Universidade Federal do Rio Grande do Norte. <https://orcid.org/0009-0005-1635-3286>. larissabokelund2@gmail.com.

<sup>4</sup> Graduando em licenciatura em História pela UFRN-Universidade Federal do Rio Grande do Norte. <https://orcid.org/0009-0000-8421-4214>. joapedro2003b612@gmail.com.

<sup>5</sup> Graduando em licenciatura em História pela UFRN-Universidade Federal do Rio Grande do Norte. <https://orcid.org/0009-0004-3944-9806>. rivano.soares.712@ufrn.edu.br.

<sup>6</sup> Graduando em licenciatura em História pela UFRN-Universidade Federal do Rio Grande do Norte. <https://orcid.org/0009-0000-8421-4214>. joicinha.denzi@gmail.com.

<sup>7</sup> Graduando em licenciatura em História pela UFRN-Universidade Federal do Rio Grande do Norte. <https://orcid.org/0009-0007-1407-6160>. danielpaulodp17@gmail.com.

**Palavras-chave:** Vila de Ponta Negra; Paróquia de São João Batista; populações negras.

## **ABSTRACT**

This article aims to analyze the historical relationship between the Parish of Saint John the Baptist and the formation of Ponta Negra Village, in Natal/RN, between the 16th and 20th centuries, highlighting the role of the church in the social, cultural, and identity construction of the community, with emphasis on the presence of Black populations and processes of territorial expropriation. The study is justified by the need to value local history and to give visibility to subjects historically marginalized by traditional historiography, especially in light of the urban and touristic transformations that affected the village. Methodologically, the research adopts a qualitative approach, based on the analysis of documentary, bibliographic, iconographic sources and oral testimonies, articulated through the perspectives of local history and microhistory. The results indicate that the church performed multiple functions over time, acting not only as a religious space but also as a center of social interaction, conflict mediation, and symbolic reference for the inhabitants, particularly during periods of expropriation and social marginalization. Furthermore, the findings point to a significant Black presence in the formation of the village, whose memory was gradually erased by urban expansion and real estate speculation. It is concluded that the histories of Ponta Negra Village and the Parish of Saint John the Baptist are deeply interconnected, making it essential to recognize the local population as active historical agents and to recover their memories as a form of resistance against historical and identity erasure.

**Keywords:** Ponta Negra Village; Parish of St. John the Baptist; Black Populations.

## **RESUMEN**

Este artículo tiene como objetivo analizar la relación histórica entre la Parroquia de San Juan Bautista y la formación de la Villa de Ponta Negra, en Natal/RN, entre los siglos XVI y XX, destacando el papel del templo en la construcción social, cultural e identitaria de la comunidad, con énfasis en la presencia de poblaciones negras y en los procesos de expropiación territorial. La justificación del estudio se basa en la necesidad de valorizar la historia local y de visibilizar a sujetos históricamente marginados por la historiografía tradicional, especialmente frente a las transformaciones urbanas y turísticas que impactaron la villa. Metodológicamente, la investigación adopta un enfoque cualitativo, sustentado en el análisis de fuentes documentales, bibliográficas, iconográficas y testimonios orales, articulados desde las perspectivas de la historia local y la microhistoria. Los resultados indican que la iglesia desempeñó múltiples funciones a lo largo del tiempo, actuando no solo como espacio religioso, sino también como centro de sociabilidad, mediación de conflictos y referencia simbólica para los habitantes, especialmente durante los procesos de expropiación y marginación social. Además, los hallazgos señalan una presencia negra significativa en la formación de la villa, cuya memoria fue progresivamente borrada por la expansión urbana y la especulación inmobiliaria. Se concluye que la historia de la Villa de Ponta Negra y de la Parroquia de San Juan Bautista está profundamente interrelacionada, siendo fundamental reconocer a la población local como agente histórico activo y rescatar sus memorias como forma de resistencia frente al borramiento histórico-identitario.

**Palabras clave:** Villa de Ponta Negra; Parroquia de San Juan Bautista; Poblaciones Negras.

## **1. INTRODUÇÃO**

Quando se pensa na cidade de Natal, a primeira imagem que vem à mente é seu famoso cartão-postal: o Morro do Careca, acompanhado pela bela praia de Ponta

Negra, onde está localizado. Contudo, essa associação é relativamente recente. Até pouco tempo, Ponta Negra era lembrada – na memória dos que nasceram até vinte anos antes da virada do milênio – como um arrabalde, uma vila simples de pescadores e pequenos agricultores; a região ainda era dissociada da cidade propriamente dita.

Com uma arquitetura simples, mas que representa uma trajetória repleta de história, a Igreja São João Batista é uma das principais construções da Vila de Ponta Negra, em Natal/RN. Construída no século XVIII, a igreja testemunhou o crescimento da vila, que evoluiu de uma pequena comunidade de pescadores para um dos bairros turísticos mais frequentados da capital potiguar. Apesar da diversidade religiosa e cultural presente na comunidade, a igreja representa um local de fé e celebração que reflete as tradições e a identidade dos moradores, sendo utilizada como ponto de encontro para as principais festividades da vila (como Congo de Calçola, Bois de Reis e Pastoril).

A opção por trabalhar a formação e aspectos históricos que contribuíram para a formação da Vila de Ponta Negra, assim como trazer a importância da Igreja de São João Batista, foi definida na intenção de se abordar a história local, fundamental para o melhor entendimento, a partir do micro, da história do Rio Grande do Norte. Com base nisso, o recorte temporal foi feito de forma a se poder compreender a história da comunidade vilã e quais os pontos mais importantes desta construção histórica, que tem início no século XVI com a chegada dos holandeses, e que perpassa o tempo com eventos marcantes, como a própria construção da Igreja de São João Batista, estendendo-se até meados do Século XX - por volta dos anos 50 em diante, quando começa ativamente o processo de expropriação, que está ligado diretamente à história da Vila. Além disso, há a exposição sobre a presença negra local e a possibilidade de a localidade ser de origem quilombola, de modo a haver uma tentativa de análise dessa origem da Vila, relacionando a cultura local com os processos temporais ocorridos até o presente momento, com suas possíveis consequências e fatores que resultam em um “esquecimento” ou “apagamento” dessa história local, até mesmo na historiografia tradicional, causado por processos que mudaram as bases de vida da Vila de Ponta Negra ao longo do tempo.

A partir da análise das fontes disponibilizadas durante um processo de pesquisa que poderemos contribuir para a construção de uma narrativa histórica que possa a cada vez mais ajudar a despertar o sentimento identitário e participativo de uma história local, aqui exemplificada pelo caso da Vila de Ponta Negra. Entender os processos históricos levando em consideração as dinâmicas de um ponto de vista micro é fundamental para compreender as particularidades de cada localidade. Assim como nos mostra Figueiredo, Reznik e Gonçalves (2000) a escolha da escala de análise é fundamental para a compreensão da história local, a articulação entre diferentes escalas, do local ao global, permite uma visão mais completa e complexa do que está sendo estudado, revelando as conexões entre diferentes níveis de análise e as múltiplas vozes que compõem a história, ao ampliar a escala, por exemplo, partindo do local para o nacional ou global podemos contextualizar os eventos locais dentro de processos mais amplos e entender as conexões entre diferentes níveis de análise. Desse modo podemos reconstruir a vida cotidiana de indivíduos e grupos sociais que não costumam aparecer nas grandes narrativas históricas, contando com a ajuda de registros paroquiais, testamentos e correspondências, bem como a análise de outros eventos locais da época.

## **2. A SIMBIOSE DA VILA E DA IGREJA**

Os primeiros registros históricos de Ponta Negra remontam a dezembro de 1633, quando foi palco do desembarque das tropas holandesas. A área foi escolhida como ponto estratégico para o ataque ao Forte dos Reis Magos. Como relata Lyra (1982, p. 57): "[...] ficou assentado que as tropas atacantes desembarcassem duas a três léguas ao sul, em Ponta Negra, marchando por terra contra o forte". Apesar desse episódio, não há evidências documentais suficientes que permitam determinar com precisão o início da povoação da vila de Ponta Negra. Algumas hipóteses sugerem que a ocupação teria começado ainda durante a presença holandesa, enquanto outras a relacionam ao processo inicial de formação da cidade de Natal. É nesse contexto de incertezas que Mendes (1989) propõe que a vila teria surgido de forma espontânea, desenvolvendo-se ao redor de uma pequena capela e sendo constituída majoritariamente por uma população vinculada à atividade pesqueira. Entretanto, a carência de fontes gerais sobre esse período impede conclusões definitivas, abrindo espaço para diferentes interpretações acerca da origem da povoação.

No que se refere aos registros documentais mais concretos sobre edificações na região estes surgem nos primeiros anos do século XIX, momento em que surgem construções demarcadas em documentos oficiais. O primeiro registro de construção na área é de 1809, quando o governador João Francisco de Paulo Cavalcanti Albuquerque ordenou a edificação de uma fortificação na enseada de Ponta Negra para proteger a região contra possíveis desembarques de tropas francesas. A segunda construção foi uma capela de barro erguida em 1823, provavelmente à beira-mar. Entretanto, Souza (2001) cita registros no Livro do Tombo da Paróquia de São Pedro do Alecrim que associam a edificação da capela ao período do padre João Maria, pároco entre 1895 e 1905.

O adensamento populacional que justificaria a demanda por um templo nesse período final do século XIX encontra raízes históricas em fluxos migratórios anteriores. Garda (1986) *apud* (Silva, 2013) constata que os moradores da vila eram, em grande parte, descendentes de famílias vindas de São José de Mipibu, Bonfim, Pirangi, Nísia Floresta e do sertão potiguar, que migraram devido à grande seca de 1877-1879 no Rio Grande do Norte. Além disso, de acordo com as análises de Siqueira (2019), uma matéria de 1901 no jornal *A República*, ao comentar o recenseamento feito no ano anterior, menciona que a região de Ponta Negra contava com um total de 560 habitantes. Esse contingente demográfico evidencia a relação direta entre o aumento de fiéis na localidade e a necessidade de assistência religiosa por meio da igreja. Entretanto, indícios demonstram que a edificação já se encontrava em mau estado quase na metade do século XX, necessitando de uma reconstrução:

[...] foi a Capela (ou igreja da Vila), erguida em 1823, provavelmente construída a beira-mar, na Orla de Ponta Negra, e depois reconstruída em janeiro de 1931 pelo Bispo D. Marcolino e auxílio do padre Agostinho Hanneken (Cascudo, 1999, p.106).

Contudo, de acordo com uma notícia do jornal "A Ordem", há discrepâncias em relação ao relato de Câmara Cascudo. O jornal traz a informação de que houve uma primitiva capela construída na Vila de Ponta Negra pelo Pe. João Maria Cavalcanti. Décadas passaram e a capela ameaçando ruir fez com que d. Marcolino em janeiro de 1938 ordenasse sua demolição e reconstrução. Verifica-se, portanto, uma diferença de datas para a construção da atual Igreja, 1931 e 1938 - o provável é que em 1931 houve uma pequena reforma na antiga capela e em 1938 o início da construção da nova e atual igreja. Fica clara em ambas as fontes a figura central de

Dom Marcolino e do Pe. Agostinho Hanneken, que participaram da cerimônia de reinauguração da Igreja em 1940, após sua construção, conforme exposto pelo jornal:

Realizou-se ontem, a benção da Capela de Ponta Negra que há meses vinha sendo construída. Foi oficiante da cerimônia o Pe. Agostinho Hannekenn que benzeu também o altar e as imagens que possui a capela, celebrando logo depois a santa missa com distribuição da comunhão a um elevado número de pessoas. Às 9 horas sua excelência reverendíssima d. Marcolino Dantas celebrou a missa festiva (A Ordem, 1940, n.1424, p.1).

De acordo com o mesmo jornal, donativos foram angariados para o fomento da reconstrução da igreja da vila. Dona Chiquinha Freire, bastante pródiga, doou 15 contos de réis, seguida do próprio D. Marcolino que doou 11 contos e 200 mil-réis, o qual pediu auxílio também na cidade de São Paulo, que mandou um montante de quase 11 contos. Já a cidade do Natal foi um pouco mais “humilde”, dando quase quatro contos; o Conde português Antônio Dias Garcia somou à conta mais dois contos e a comunidade de Ponta Negra conseguiu angariar 314 mil e 500 réis. No total, a construção orçou-se em 42 contos 785 mil e 500 réis e foi considerada como uma “consoladora vitória” para o bispo e para a própria gente da praia, “histórica e acolhedora”.

Após a construção definitiva da Igreja da Vila de Ponta Negra, em 1940, a vida social e econômica dessa região continuou de forma isolada da cidade do Natal e o centro de socialização dos então habitantes era a Igreja, em cujo entorno era o ponto de encontro. A maior parte do território era ainda de mata tropical e desprovida de energia elétrica e água encanada, além de seus moradores estarem imersos na pobreza, com condições de vida rudimentares. “Vivíamos como indígenas, fazendo fogueiras para iluminar a noite, dormíamos muito cedo”, conta seu Gilberto pescador, figura conhecida da Praça do Cruzeiro. Ele também relata, lembrando sua infância na Vila, que se costumava salgar os peixes para os conservar e que, juntamente com farinha, cuscuz, tapioca e frutas das árvores, era essa a alimentação que dispunham. A goma de tapioca, a mandioca e outros alimentos eram cultivados em pequenos roçados, em uma agricultura familiar de subsistência de natureza comunal. Sem disfarçar as emoções, também recorda que, em períodos em que o mar não estava para peixe, passava-se fome, como é possível perceber pela imagem abaixo (Figura 1), que retrata o aspecto e a vivência social da vila, provavelmente na década de 30 ou 40.

Figura 1 - Retrato da Vila de Ponta Negra



Fonte: Fatos e Fotos de Natal Antiga.

[Descrição da imagem] A imagem apresenta uma rua de terra batida cercada por casas simples, construídas lado a lado, com paredes de aparência rústica e telhados baixos. As casas estão dispostas ao longo da rua, formando uma pequena vila. Em ambos os lados da via há coqueiros altos e vegetação tropical, criando sombra sobre o caminho. Ao fundo da imagem, é possível ver uma pequena igreja ou capela clara, com uma torre central, localizada no final da rua. Algumas pessoas aparecem caminhando à distância, reforçando a sensação de cotidiano e vida comunitária. A imagem tem aspecto antigo, com cores suaves e ligeiramente desbotadas, remetendo a um registro histórico da cidade de Natal.

Esse status começaria lentamente a se alterar a partir de meados dos anos 1950, como destaca Silva (2019), quando a poderosa família Pedroza passou a reivindicar a propriedade da maior parte do espaço onde os alimentos eram cultivados pelos nativos da Vila. A descrição e o desfecho desse processo, que culminou em derrota dos habitantes, já eram bem descritos por Marx (1988) *apud* (Silva, 2019), ao debruçar-se sobre o processo de acumulação primitiva do capital na Inglaterra entre os séculos XVI e XVIII, quando o nascente capitalismo, através da força e da brutalidade, passou a destruir as economias comunais, cercar terras e impedir inclusive o recolhimento de frutas e galhos de árvores. “Este fenômeno, denominado de expropriação, continua a acontecer mesclando características primitivas e contemporâneas<sup>8</sup>” (Silva, 2019, p.117).

As terras reclamadas e arbitrariamente conseguidas pela família Pedroza, depois de um grande litígio, tiveram um destino bastante “patriótico”: foram “doadas”

<sup>8</sup>Esse processo histórico da acumulação primitiva do capital tal como descrito por Marx caracterizou-se pela expropriação violenta de terras e o desmantelamento de economias comunais, como destaca Linebaugh (2008), no contexto da transição do feudalismo para o capitalismo e da servidão para o trabalho assalariado na Inglaterra. No caso brasileiro, Almeida (2003) aponta que esse processo teve início com a exploração dos recursos naturais por parte dos colonizadores portugueses, à custa de expropriação de terras indígenas e mão de obra escrava. No caso particular do litígio entre o povo originário da Vila de Ponta Negra e a família Pedroza, observa-se a manifestação tardia do mesmo fenômeno, em que os interesses capitalistas atropelam com brutalidade economias comunais ainda não integradas ao sistema.

em 1964 para a Aeronáutica. Segundo Machado (1995) *apud* (Silva, 2013, p.8), quase 10 mil hectares foram repassados para a força armada, e esta, por sua vez, a utilizou para a construção da base aérea da Barreira do Inferno. Para tanto, a população que estava circunscrita na área doada teve que ser retirada - a terra passou por um verdadeiro processo de expropriação, o qual tentaram impedir por meio de acordos, inclusive mediados pela Igreja, na figura de Dom Eugênio Sales, como sinaliza Silva (2013, p.77). Isso impactou diretamente a produção agrícola da região, segundo Garda (1973) *apud* (Silva, 2019, p.22). Temos neste cenário um marco bastante significativo para a Vila de Ponta Negra, na medida em que as atividades desenvolvidas pela comunidade vilã foram desmanteladas.

Como expõe Silva (2019, p.21), a região era caracterizada por ser lugar de pescadores e agricultores, os quais dispunham de terras de caráter comunal, nas quais se faziam roçados, havendo também a coleta de frutos das matas que circundavam a comunidade. Maciel e Lima (2014, p.131) escrevem que na década de 70 o que se tinha da Vila de Ponta Negra eram apenas pequenos núcleos habitacionais, não sendo, pois, ocupada de maneira efetiva, havendo muitos terrenos baldios e grandes áreas de mata. Esses núcleos, por sua vez, sofreram pressão por causa da expropriação de terra: os moradores mais antigos foram ocupando um espaço cada vez menor, inclusive constituindo vilas dentro da Vila (Silva, 2019, p.103).

Assim, durante esse período houve alguns conflitos que marcaram a memória dos moradores. Dona Maria Rendeira, assim como seu Gilberto Pescador, narram com tristeza as agressões sofridas por antigos moradores quando desafiavam a família Pedroza e adentravam o mato para simplesmente colher frutas das árvores e sofriam ataques dos capangas.

Tem um primo meu que se chamava Gavião, hoje falecido, que assim como o meu irmão, meu pai, meus tios faziam carvão, Gavião foi sozinho, porque os homens quando iam ou colher frutas com as mulheres ou colher lenha ou mangaba ou outra coisa o carvão por exemplo, eles iam sempre juntos, seis, oito, dez homens. Mas, desta vez Gavião foi só e aí foi pego pelos capangas de Fernando Pedrosa e aí bateram muito nele, arrastaram ele amarrado em cima das moitas, do mato seco puxado por cavalos, tipicamente uma história de Faroeste (Lima *apud* Silva, 2019, p.122).

Nesse momento, como relata Dona Luzia de Freitas Faustino, a Igreja da Vila conheceu talvez sua figura mais destacada, o padre Dom Eugênio Sales, que permaneceu durante o período 1954-1965 como pároco da Igreja; em seu tempo a Igreja passou a contar com o “patronato” em um terreno ao lado da mesma, que era um misto de creche e escola interna, tendo perdurado até meados dos anos 1990. Foi na figura de Dom Eugênio, da Igreja da Vila de Ponta Negra, que os moradores da Vila encontraram um mediador para os conflitos com a família Pedroza.

Após serem expropriados de suas terras, parte da população passou a sobreviver do artesanato, das barracas de praia e de biscates, além da pesca (SEMURB, 2006 *apud* Maciel; Lima, 2014, p.131). Entrou na equação também a questão do turismo. A vila foi perdendo as características originais de comunidade de pescadores e rendeiras e de autossuficiência econômica que possuía até 1960, para se colocar como um lugar de passeio, de veraneio (Machado, 1989, p. 75 *apud* Silva, 2013, p.83). Fato curioso é que para os veranistas que lá estavam não faltava nenhum tipo de bem, mas para os reais moradores sim. Em notícia de 1º de julho de 1962, o jornal “A Ordem” fez uma denúncia bastante importante: a

comunidade da vila estava sem abastecimento de água, pois o poço que foi furado pelo poder público estava com a encanação quebrada havia quatro anos (A Ordem, 1962, n. 5400, p.6.) Em contrapartida, os veranistas - possuidores de casas suntuosas, em contraste com o casario simples - tinham poço exclusivo - ainda que construído pela iniciativa privada de cada veranista, a situação alerta para a falta de zelo público para com os direitos básicos da população do local.

Silva (2019, p.125) traz o dado de que a Vila de Ponta Negra teve o fornecimento de água e luz elétrica de maneira efetiva apenas na década de 1980. Na década anterior, mais especificamente no ano de 1974, houve a construção do Viaduto de Ponta Negra, e em 1975 a estrada do bairro que dá acesso até ele foi asfaltada - trata-se da atual Avenida Roberto Freire. A construção da Via Costeira, por sua vez, a partir de fins da década de 1970 e início da década seguinte, fez com que o turismo na região - e em Natal de um modo geral - aumentasse significativamente, como aponta Lima (2001, p.122), o que deu vazão à especulação imobiliária na região, que se materializou em bares, hotéis e restaurantes. Nesse cenário de expansão do capital imobiliário, Silva (2019, p.124) indica que a presença dos antigos moradores na área, em sua maioria de classe baixa, passou a ser um entrave a esse expansionismo.

De acordo com Silva (2019, p.103), os conjuntos habitacionais também têm parte na expansão imobiliária da região, mas tinham um caráter burguês e de classe média. Como salienta Cavalcanti (*apud* Lima, 2001, p.122), esse expansionismo só beneficiava os prospectivos turistas e moradores da região, porque a verdadeira população do local estava relegada à segregação. Produziu-se, a partir de então, um novo espaço – um espaço urbano e turístico – que envolveu os moradores, redefinindo muitos costumes locais à lógica excludente desses traços do crescimento econômico (Silva, 2013, p.80).

### **3. A Igreja São João Batista e a construção do senso comunal da Vila de Ponta Negra.**

Mais do que um espaço destinado às práticas religiosas, a igreja consolidou-se como núcleo organizador da vida comunitária, articulando festividades, encontros coletivos, práticas culturais e experiências de sociabilidade que contribuíram para a formação de um forte senso comunal entre os moradores da vila. Nesse contexto, compreender a trajetória da comunidade implica analisar não apenas a dimensão institucional da paróquia, mas também as formas de convivência, solidariedade e pertencimento construídas em torno dela.

As memórias dos antigos moradores demonstram que a vida cotidiana da Vila de Ponta Negra era profundamente marcada pelas relações coletivas. As festividades religiosas mobilizaram toda a população, envolvendo famílias inteiras nos preparativos das novenas, procissões e apresentações culturais. Conforme aponta o estudo de Ilana Suely Santos (2013), às festividades da comunidade eram momentos de intensa participação popular, nos quais “todos trabalhavam juntos em prol das comemorações e festejos que aconteciam em determinada época do ano” (Santos, 2013, p. 34). Essas celebrações extrapolavam o campo da devoção religiosa, funcionando também como espaços de fortalecimento das relações sociais e de reafirmação da identidade coletiva da vila.

A igreja assumia, assim, uma posição central na organização da sociabilidade local. Durante os festejos, o espaço religioso deixava de ser apenas um templo de oração para transformar-se em lugar de encontro, convivência e circulação de saberes

culturais. As apresentações dos Congos de Calçola, do Coko de Roda, dos Bois de Reis e do Pastoril reuniram moradores de diferentes gerações, fortalecendo vínculos afetivos e reafirmando tradições transmitidas coletivamente ao longo do tempo. Segundo Santos (2017, p.834): “Por essa razão, o espaço da Igreja São João Batista, deixa de ser apenas um templo onde habita a fé, para se tornar um lugar símbolo de encontro, de vivências corporais em arte e cultura.”

Essas manifestações culturais constituíam importantes mecanismos de preservação da memória coletiva da comunidade. Os brincantes e moradores reconheciam nesses festejos elementos fundamentais de pertencimento à vila. O depoimento a seguir revela esse vínculo afetivo ao afirmar: “Já dancei em vários lugares, até mesmo fora de Natal, mas o lugar que eu mais gosto de apresentar é aqui na Vila de Ponta Negra, pois aqui é meu lugar[...]” (Severino *apud* Santos, 2013, p.13). O relato evidencia como os espaços comunitários da vila estavam associados às experiências de vida, às trajetórias familiares e às memórias compartilhadas pelos moradores.

Além das festividades religiosas, as práticas cotidianas também reforçavam esse caráter comunal. As relações de ajuda mútua apareciam constantemente nas atividades desenvolvidas pelos habitantes da vila, especialmente entre pescadores, lavadeiras e rendeiras. Os relatos orais mostram que homens e mulheres compartilhavam experiências de trabalho, lazer e convivência em grupo, fortalecendo redes de solidariedade profundamente enraizadas na comunidade. Essas práticas cotidianas revelam que o senso comunal da Vila de Ponta Negra não se restringia às celebrações religiosas, mas estava presente nas diversas dimensões da vida social.

Outro espaço importante para a manutenção desses vínculos comunitários foi a Casa das Rendeiras. O local consolidou-se como espaço de encontro, transmissão de saberes e preservação cultural. Segundo o estudo analisado, a Casa das Rendeiras promovia reuniões, oficinas, encontros culturais e atividades coletivas desenvolvidas em parceria com os moradores da vila. Nesse ambiente, diferentes gerações compartilhavam experiências, memórias e conhecimentos relacionados à renda de bilro, prática tradicional transmitida oralmente entre mães e filhas (Santos, 2017).

Da mesma forma, o Conselho Comunitário da Vila de Ponta Negra desempenhou papel relevante na articulação política e social dos moradores. Localizado próximo à Igreja São João Batista, o espaço tornou-se referência para reuniões, ensaios dos grupos culturais, cursos e ações voltadas à melhoria das condições de vida da população. O Conselho Comunitário funcionava como espaço de acolhimento e organização coletiva, fortalecendo as estratégias de resistência diante das pressões provocadas pelo crescimento urbano e pela especulação imobiliária na região.

As disputas territoriais, acima citadas, contribuíram para reforçar ainda mais o valor simbólico desses espaços comunitários. Em meio às transformações provocadas pelo turismo e pela urbanização acelerada, os moradores passaram a enxergar lugares como a igreja, e a Casa das Rendeiras como símbolos de resistência cultural e afirmação identitária. A mobilização coletiva em defesa desses espaços demonstrava a importância das memórias compartilhadas e das práticas comunitárias para a permanência da população tradicional na vila. Nesse sentido, o conceito de “lugares de memória”, desenvolvido por Pierre Nora (1981), auxilia na compreensão da relevância simbólica desses espaços para a comunidade. A Igreja São João Batista, a Casa das Rendeiras e o Conselho Comunitário constituíam ambientes onde

circulavam experiências, afetos e lembranças coletivas capazes de fortalecer o sentimento de pertencimento entre os moradores.

#### **4. A LONGA DURAÇÃO DE UMA HISTÓRIA APAGADA**

Muito foi escrito e descrito sobre a Paróquia de São João Batista e a Vila de Ponta Negra até aqui neste artigo, durante todo ele houve a menção de palavras como “população” e “habitantes” como coadjuvantes ou agentes passivos das ações dessa localidade, mas uma dúvida surge: quem de fato são essas pessoas?

Ao se ler o início do presente trabalho sobre o surgimento da Vila, é perceptível a baixa quantidade de informações e suas imprecisões. Entretanto, o vácuo de informações sobre a Vila e sua organização no período colonial não necessariamente predizem que o local fosse desabitado durante tal temporalidade, há sempre histórias escondidas, não contadas e esquecidas pelo tempo. Ao contrário das narrativas históricas colonialistas que costumam ignorar a presença indígena e usam os marcos de sua chegada, é plausível supor que a área já fosse habitada por povos originários. Afinal, eles foram os primeiros habitantes dessas terras, apesar de sua história muitas vezes ser apagada ou negligenciada. Vale lembrar que práticas como a pesca, que deram à vila de Ponta Negra a fama de comunidade de pescadores, e a agricultura de subsistência podem ser heranças diretas das tradições indígenas locais.

Segundo demonstra Silva (2019) há a possibilidade de que a Vila poderia ter sido um assentamento quilombola: tal informação advém de um relato captado de um entrevistado, o qual é mestre do Congo de Calçola, o conhecido Mestre Correa, o que lança luz sobre a composição étnica dos primeiros habitantes da Vila de Ponta Negra. Nesse aspecto, o primeiro ponto é a análise dessa manifestação cultural que detém caráter afro-brasileiro.

Oliveira Junior (2021) melhor estudou essa conexão entre o Congo de Calçolas na Vila de Ponta Negra, de modo a se referir ao local como um território negro, assim, a utilizar da memória e da identidade para chegar a essa conclusão. A cultura popular e as expressões folclóricas são, para o autor, os vetores de representação dessa origem negra do local. A expressão do Congo de Calçolas demonstra a possível existência e resistência negra na Vila de Ponta Negra, em que o autor retrata isso pela memória local.

Outro ponto possível de análise da possibilidade desse espaço ser de origem negra-quilombola é o distanciamento da Vila em relação à zona urbana da cidade de Natal, de modo a ter de fato contribuído e servido como um local de refúgio. Aliás, pode ter sido justamente essa possível presença negra, principalmente quilombola, que retardou o processo de ocupação e incorporação à cidade, de modo a deixar tal localidade à margem da estrutura pública, sem receber assistência e reconhecimento. Em meio a todo esse caráter especulativo anterior, sem base em fontes efetivas do passado, uma fotografia (Figura 2) concretiza a discussão e dá embasamento à presença negra na Vila de Ponta Negra:

Figura 2 - Palhoça junto à praia de Ponta Negra.



Fonte: Souza (1948)

[Descrição da imagem] A imagem mostra uma palhoça simples feita de madeira e coberta com palha seca, localizada em uma área de areia próxima à vegetação litorânea. A construção tem formato retangular e aparência rústica. Em frente à palhoça, há três homens adultos. Dois deles estão em pé, próximos à entrada, usando roupas claras e simples. Um terceiro homem está sentado em um banco ou tronco, em frente à palhoça, vestindo roupa escura. Ao lado direito da imagem, um pouco afastada, há uma criança caminhando sobre a areia. O ambiente sugere uma área rural ou periférica próxima à praia, com vegetação verde ao fundo e solo arenoso, típico de região costeira. [Fim da descrição]

Ela não é a única, a Figura 1, anteriormente utilizada para demonstrar a realidade local na primeira metade do século XX, deixa transpassar, em seus meandros, alguns pequenos detalhes na cena, especialmente uma criança negra e possivelmente uma mulher - a qual não se pode retirar muitas informações, entretanto, são esses coadjuvantes do cenário, esses pequenos vestígios, que possibilitam tecer imagetivamente a realidade étnica local. A atual fotografia, por sua vez, já demonstra não só a forma de vivência nas cabanas de palha, mas principalmente, de modo mais nítido e perceptível, os indivíduos negros presentes na Vila. A fotografia é uma fonte que revela essa parcela populacional enquanto agentes presentes na localidade, construtores iniciais da história da Vila de Ponta Negra. Apesar de ser um artefato recente historicamente, já que sua produção é de 1948, além de não necessariamente resguardar relações com o período colonial, é um grande passo para o processo confirmativo da presença dessa identidade negra local. Aliás, possivelmente sejam artefatos marcantes, uma vez que a partir da segunda metade do século XX, com as transformações locais, novos processos internos ocorrem.

[...] a velha cabana de palha e as antigas edificações feitas de barro batido, como fora a primeira capela, cederam vez às novas formas de moradia, projetos arquitetônicos e empreendimentos imobiliários, elementos que constituem fatores estruturantes e substitutivos da antiga démarche imobiliária local (Silva, 2003, p. 108).

Assim, podem ser tais registros uns dos últimos melhor verossímeis à realidade local sobrevivente do passado colonial e imperial, uma vez que a expropriação ocorrida a partir dos anos 1950 pode ter feito com que um grande contingente dessa base étnica local tenha tido que realizar um processo de migração. Ou seja, a resultar em uma mudança estrutural, arquitetônica, cultural e até étnico-demográfica, de modo a realizar uma modificação da realidade local, a afetar principalmente esses indivíduos negros. Assim, essa ocorrência também pode ter feito com que a percepção desses indivíduos e sua história no local fosse paulatinamente esquecida. Além disso, enquanto resultado desse processo, pode ter havido uma mudança cultural, que, por sua vez, modificou grande parte da vivência desses indivíduos no local e fez com que houvesse um “mutualismo” de culturas, a valorizar algumas expressões, e a apagar outras, fatores que se expressam na atualidade.

Nesse quesito, “a explosão demográfica e as famílias com composição multiétnica mascaram a visibilidade deste fato nos dias atuais” (Oliveira Junior, 2021, p. 88). Ambos os fatores estão intrinsecamente ligados nesse não percebimento no cotidiano dessa presença negra local, uma vez que o aumento populacional pode de fato ocasionar o cruzamento de raças, aliás, como demonstra Ribeiro (2015) o intercruzamento étnico, principalmente dos povos indígenas e negros com o branco, foi gerador de uma ação deculturadora, a serem os resultados dessas conexões um indivíduo culturalmente distinto e desconectado de suas bases étnicas anteriores. Assim, há a possibilidade de, com o aumento populacional, essa parcela étnica ter se caldeado com outras matrizes genéticas. Nesse caso, a apagar e a ocultar essa memória negra da localidade, à exceção das resistências culturais que persistem, tal qual o Congo de Calçolas, acima citados.

Ao fim, alguns questionamentos se revelam: qual a relação entre a construção da igreja/capela com as características desse local? O que de fato representa e quais são os interesses por trás dessa construção em uma zona de presença negra? seria o fator deculturador expresso acima? seria uma tentativa de integração ou conversão da população local? Somente hipóteses podem ser lançadas, mas a relação entre a origem da localidade, a presença negra e a construção de um espaço católico criam uma tríplice relação curiosa que precisa ser melhor pesquisada - a ser uma pena a pouca quantidade de informações disponíveis para a concretização dessas hipóteses na atual pesquisa.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para a execução desse trabalho, utilizou-se um compilado de fontes, derivadas de diversos mecanismos: arquivos, relatos pessoais, até mesmo, visita ao campo. Ora, tal situação promoveu uma segurança quanto à legitimidade da produção historiográfica apresentada. Durante a pesquisa, as fontes eram cuidadosamente analisadas, comentadas, confrontadas e debatidas com o objetivo de esclarecer as dissonâncias existentes, as lacunas não preenchidas em um passado muito “presente”. Tal arcabouço documental ampliou a visão do grupo quando as dinâmicas sociais acontecidas no espaço territorial delimitado como “Vila de Ponta Negra”.

No cruzamento das fontes, a pesquisa necessitou mudar seu panorama de investigação, ou melhor, “na metade da caminhada um novo trajeto foi avistado”. Debruçando-nos sobre as fontes, novas personagens foram apresentadas, modificando o percurso anteriormente traçado, porém não extinguindo a escolha feita pelo grupo. Quanto a sua constituição étnico-racial pouco se sabe, cabe ao historiador analisar as fontes e confabular possíveis respostas para suas indagações,

sempre zelando pela coerência, buscando ao seu redor mecanismos possíveis de validação, utilizando o bom senso e analisando de forma precisa. No que diz respeito à construção da paróquia, cabe aos pesquisadores os mesmos cuidados ditos anteriormente, já que Câmara Cascudo disserta acerca da possível construção da paróquia à beira-mar, reconstruída em outro local anos depois, enquanto o jornal “A Ordem” levanta a afirmativa de sua construção no mesmo local existente, sendo sua demolição e reconstrução feitos de forma proposital.

Até a década de 1940, a paróquia servia como um ponto de referência, tanto para questões religiosas quanto para encontros e bate-papos dos moradores da pacata e afastada localidade. No fervor das repressivas reivindicações da família Pedroza, em meado dos anos 50, o templo servia como um local de esperança, uma vez que, o novo pároco mostrou-se simpatizante às aflições dos habitantes locais, tentando amenizar as adversidades enfrentadas por eles, graças às bruscas expropriações que modificaram completamente o convívio diário dos moradores. Fundando um anexo ao lado da paróquia, uma pequena creche, assim trazendo uma nova significância ao ambiente, agora também representava um local de aprendizagem, não servia apenas para os adultos reivindicarem o que necessitavam, mas também, como um local para suas crianças ficarem enquanto necessitavam trabalhar.

A Igreja parecia “perder-se” em meio a grandes terrenos baldios, nos anos 1970, assim apresentava-se a localidade, que se diferenciavam entre pequenos núcleos populacionais e grandes extensões de terras expropriadas. Em determinados horários havia a realização dos procedimentos litúrgicos para a comunidade, já em outros, sua estrutura era aberta para recepção dos filhos dos novos “trabalhadores informais”: artesãos e vendedores na praia. Apenas na década de oitenta a comunidade de Ponta Negra recebe energia elétrica e saneamento básico.

Levando em consideração os argumentos anteriormente citados, depreende-se que a constituição da vila e a construção da paróquia estão intrinsecamente ligadas. Uma vez que a comunidade é povoada ao redor do templo, elas se autnutrem, complementam-se. É possível nessa dinâmica perceber que o caráter do espaço do templo está constantemente sendo ressignificado. Ou seja, em certos momentos a paróquia aparece como espaço para buscar “ligação com o lado espiritual”, em outros como local de encontro e socialização, enquanto em algumas narrativas apresenta-se como uma espécie de refúgio para os pobres moradores que buscavam no padre um misericordioso defensor, o mais próximo de um agente de poder com efeito público capaz de modificar a realidade local.

Portanto, a pesquisa mostra-se exitosa, já que, por meio dela conseguiu-se atingir os objetivos traçados ainda na introdução, apresentando a importância da Paróquia São João Batista no contexto social de formação da Vila, como também, a tentativa de análise da origem dos primeiros moradores do território, assim, relacionando a cultura preexistente com as modificações decorrentes no tempo - consequentemente a trazer luz à população, ou melhor, apresentando-os como agentes ativos nas ações dessa localidade, tentando, assim, vislumbrar quais os motivos do apagamento histórico-identitário.

## **FONTES**

A ORDEM, 1940, n.1424, p.1.

FOTOS E FATOS DE NATAL ANTIGA. **Retrato da Vila de Ponta Negra.**

SOUZA, Raphael de Paula. **Palhoça junto à praia de Ponta Negra**. 1948.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Trabalho indígena**. In: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ANDRADE, Eduarda de Lima. **Tradição e desenvolvimento: a chegada da cidade à vila**. 2014.

CASCUDO, Luís da Câmara (1947). **História da Cidade do Natal**. 3. ed. Natal: IHGRN, 1999.

CAVALCANTE, Gilene Moura. **Vende-se uma vila: análise intra-urbana das vilas na Vila de Ponta Negra e no bairro de Nova Descoberta-Zona Sul de Natal**. 2006. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

FIGUEIREDO, Haydée; REZNIK, Luís; GONÇALVES, Marcia de Almeida. Entre moscas e monstros: construindo escalas, refletindo sobre a história local. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES DO ENSINO DE HISTÓRIA, IV., 1999, Ijuí. **Anais**. Rio Grande do Sul: UNIJUÍ, 2000. p. 544-553.

LIMA, Pedro de. **Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano**. Natal/RN: EDUFRN, 2001.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico Revolucionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LYRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. 2ª ed. Natal/RN: Fundação José Augusto, 1982.

MACIEL, Ana Beatriz Câmara; LIMA, Zuleide Maria Carvalho. Uso e ocupação de Ponta Negra, Natal/RN: uma análise multi-temporal. **Sociedade e Território**, Natal, v. 26, n. 2, p. 127-147, jul./dez. 2014. Semestral. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/5302/4325>. Acesso em: 03 dez. 2024.

MENDES, Marta Maria dos Santos. **As transformações do espaço urbano: a Vila de Ponta Negra (um estudo de caso)**. 1989. Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

NORA, Pierre. **Entre a história e a memória: a problemática dos lugares**. Revista Projeto História nº10. São Paulo: Educ/PUC- SP, 1981.

OLIVEIRA JUNIOR, Geraldo Barboza de. O congo de calçolas da Vila de Ponta Negra: identidade e memória de um território negro. In: OLIVEIRA JUNIOR, Geraldo Barboza de. **Negritude Potiguar**. João Pessoa: Oiticica, 2021, v. 3, p.88-115.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

SANTOS, Ilana Suely. **O lugar da dança: configurações culturais da Vila de Ponta Negra**. 2013. Natal/RN: UFRN, 2013.

SANTOS, Ilana S. Dos. Entre o passado e o presente: os lugares de memória da Vila de Ponta Negra sobre o olhar da dança dos Congos de Calçola. **Anais do V Encontro Científico Nacional de Pesquisadores em Dança**. Natal: ANDA, 2017. p. 825-851.

SILVA, Ângelo Magalhães. História e produção do espaço da Vila de Ponta Negra-Natal/RN: elementos para uma reflexão sobre o turismo local. **Revista Turismo Estudos e Práticas-RTEP/UERN**, v. 2, n. 1, p. 70-101, 2013.

SILVA, Maria Suely Paula da. **Um lugar que passa e sobrevive: o passado e o presente na vila de Ponta Negra**. 2006. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SILVA, Raquel Cardozo da. **Em terra de especulação a expropriação é lei: uma análise do avanço do capital imobiliário na Vila de Ponta Negra, em Natal/RN**. 2019. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SIQUEIRA, Gabriela Fernandes de. **Cidade, terra e jogo social: apropriação e uso do patrimônio fundiário natalense e seu impacto nas redes de poder locais (1903-1929)**. Tese de doutorado apresentada na UFC, 2019.

SOUZA, Itamar de. **Nova história de Natal**. Diário de Natal, 2001.

*Submetido em: 29/01/2026*

*Aceito em: 04/05/2026*